

O patrimônio cultural imaterial no país de Viollet-le -Duc Sucesso e insucessos da Convenção da UNESCO para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial

Christian HOTTIN¹

Resumo

Como em vários países da Europa, as políticas patrimoniais na França estão marcadas pela anterioridade e preeminência do patrimônio imaterial. A aplicação da Convenção da UNESCO para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial coloca, nesse contexto, diversos problemas que são analisados nesse artigo. Qual administração se encarregará dessa nova política? Quais comunidades identificar em um país marcado pela tradição do Estado Nação? Como elaborar projetos de candidaturas considerando que os procedimentos estabelecidos pela Unesco parecem em constante evolução? Quatro anos após a ratificação, a política do patrimônio se implanta progressivamente na França: ela possui a aceitação de comunidades e coletividades e a atenção crítica dos pesquisadores mas convive ainda com as reticências da administração cultural.

Palavras-chave: França, Patrimônio Cultural Imaterial (PCI), política cultural, etnologia.

Abstract

In France, like in many European countries, heritages policies are mainly based on material heritage, principally for historical reasons. Because of this, the implementation by the French state of UNESCO convention for safeguarding the intangible cultural heritage seems to be specifically difficult. Our aim in this is to try to explain why. Which cultural administration will be in charge of this implementation? How to deal with important issue of inventories? Which groups will be regarded as “communities” in a country where the administration has a particularly strong faith in the “Nation – State” model? How is it possible to make submissions for the lists of the convention, while the convention is at its very beginning, changing year after year the rules and the texts for the submissions? Four years after the beginning of the implementation in France, the policy of intangible cultural heritage in this country seems to grove: groups and communities are now strongly involved in it, anthropologists and historians, are also interested by ICH, even if they have a rather critical point of view about it. Indeed, the French heritage administration seems to be still much more reluctant...

Key words: France – Anthropology – Intangible cultural heritage (ICH) – cultural policy.

¹ Direção Geral do Patrimônio, Ministério da Cultura (França).

Faz já alguns anos que uma equipe de antropólogos franceses reunidos em um laboratório conveniado com o Ministério da Cultura, o LAHIC (Laboratório de Antropologia, história e instituição da cultura), desenvolveu com sucesso um grande número de pesquisas versando sobre a etnologia do patrimônio ou o estudo dos objetos e das políticas patrimoniais. Esses trabalhos contribuíram, assim, para melhor conhecer a relação que os habitantes dos monumentos históricos mantinham com seus locais de vida², os lugares da arqueologia nos imaginários sociais³, a história e as evoluções dos museus de comunidades ou ainda, através de uma série de pesquisas, seminários e jornadas de estudos, conhecer essas “emoções patrimoniais” geradoras dos movimentos coletivos suscitados pelo perigo ou dano causado aos monumentos⁴. Todos esses trabalhos tratam da instituição do patrimônio, lamenta-se que a atitude de administração do patrimônio não seja sempre tão analisada quanto as reações do público ou dos outros atores sociais⁵. De fato, é difícil fazer falar a administração, mas é igualmente verdade que a administração resiste em falar, a não ser em termos de projetos e de balanços, pelo menos até chegar o tempo de esfriar a memória, tornando possível o surgimento de arquivos orais.

O Patrimônio Cultural Imaterial (PCI) se coloca como uma problemática nova frente às políticas patrimoniais: a Convenção impulsionada pela UNESCO atribui um lugar central aos detentores do patrimônio, obrigando Estados e pesquisadores a definir seu papel num

² *Domestiquer l'histoire : ethnologie des monuments historiques* (sob a dir. de Daniel Fabre, textos reunidos por Claudie Voisenat), Paris, Éd. de la Maison des sciences de l'homme (coll. Cahiers d'ethnologie de la France, 15), 2000, X-222 p.-[8] p. de pl. 15. E *Les monuments sont habités* (sob a dir. de Daniel Fabre e Anna Iuso), Paris, Ed. de la Maison des sciences de l'homme (coll. Cahiers d'ethnologie de la France, 24), 2010, 336 p.

³ *Imaginaires archéologiques* (sob a dir. de Claudie Voisenat), Paris, Éd. de la Maison des sciences de l'homme (coll. Cahiers d'ethnologie de la France, 22), 2008, 277 p.

⁴ Ver a apresentação do programa sobre o site do LAHIC: <http://www.lahic.cnrs.fr/spip.php?article186>. *Livraisons d'histoire de l'architecture* « Emotions patrimoniales », n° 17, 1^{er} semestre 2009, 141 p.

⁵ « Observações derivadas de uma temporada em Falaise, questionamento sobre o futuro do projeto de base de dados », notas de Odile Welf, 15 octobre 2002. Arquivos do LAHIC.

jogo no qual as regras se encontram mudadas. A Convenção demanda outros indicadores de avaliação além do atendimento ao público e pode ser apresentada como um desafio ao paradigma do patrimônio musealizado.

Sobretudo, e de maneira mais concreta, ela dá uma visibilidade real às formas do patrimônio, que até o presente, pouco foram levadas em conta pelas políticas de muitos Estados, confere reconhecimento e dignidade às expressões culturais por muito tempo ignoradas ou diminuídas e traça as diretrizes para construir programas de salvaguarda, bem como orientações possíveis e parciais para o seu sucesso.⁶

Sobre este assunto, novo, difícil, nós queremos tentar explicar aqui como uma administração – a do patrimônio no interior do Ministério da Cultura francês - comprometeu-se com a aplicação da presente Convenção, acompanhando ou antecipando o trabalho dos historiadores e antropólogos ativos no domínio das políticas culturais. Estamos conscientes da ausência de recuo no tempo e da falta de visibilidade no espaço institucional delimitado. Entretanto o universo social considerado não é necessariamente muito amplo e tendo sido interposto em configurações muito variadas, nosso ponto de vista aqui não será fatalmente aquele de Fabrice na Batalha de Waterloo. Enfim, se terá um cuidado especial em respeitar, nas páginas que seguem o dever de reserva e a deontologia profissional, dois valores preciosos que fazem parte, sem dúvida, das riquezas da administração e como tal devem ser salvaguardados para gerações futuras a fim de transmitir ao órgão administrativo esse sentimento de identidade, orgulho e continuidade que é a marca autêntica do patrimônio imaterial.

⁶ Até a data de 26 de janeiro de 2010, 126 Estados ratificaram a Convenção da UNESCO para a salvaguarda do PCI, eles pertencem a todas as áreas culturais, com exceção dos países anglo-saxônicos, mas deve sublinhar-se que estes, apesar de pouco engajados no tratamento internacional desta questão, têm desenvolvido políticas nacionais que são exemplos para muitas outras nações, e desempenham um papel de liderança em atividades de pesquisa sobre o PCI.

As políticas patrimoniais francesas, monumentais ou etnológicas

O patrimônio monumental como herança

Assim como outras administrações públicas, a instituição do patrimônio encontra na França as fontes de sua organização apresentadas na época da Revolução Francesa e sob o Primeiro Império. As memórias e os desejos da Igreja são substituídos, então, pelo poder público, que institui como patrimônio da nação os bens móveis ou imóveis, livros, arquivos, em um esforço de conservação que não encontra plenamente seu sentido senão que posto em relação com o movimento de destruição imprimido pelas mudanças políticas e pelas movimentações sociais: conservar, e sempre simultaneamente, destruir, efetivamente ou potencialmente, o que se exclui da lista que instituí o patrimônio.

Passado o momento revolucionário, os regimes do século seguinte, em face de uma instabilidade crônica, foram os tempos da organização, da sedimentação progressiva dessas organizações encarregadas do patrimônio. Muitas delas (por exemplo, os arquivos, as bibliotecas, os museus) tomam sua origem nas grandes instituições de conservação (o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional, o Louvre) que são ao mesmo tempo os depósitos centrais de acumulação das obras, livros ou documentos, os serviços de administração geral encarregados de algum tipo de objeto (por exemplo, o depósito legal da Biblioteca Nacional) e as cabeças de redes que formam uma malha de estabelecimentos que se estendem por todo o território. São muitos os “tesouros”, no sentido medieval do termo, estabelecimentos científicos e de investigação⁷ e administrações do Estado⁸, inevitavelmente parisienses, já que esta cidade acumula todos os poderes.

⁷ A *Escola de Chartes* encarregada da formação dos especialistas do patrimônio no século XIX se estabeleceu alternadamente na Biblioteca ou nos Arquivos, antes de migrar para a Sorbonne em 1897. Ver *L'Ecole Nationale des chartes, histoire de l'école depuis 1821*, Paris, G. Klopp, 1997, 326 p.

⁸ A correlação destas duas últimas missões pode ser percebida pelos profissionais como constitutiva da sua ética profissional: para os arquivistas os Arquivos, são, simultaneamente, "o celeiro da história", mas também e, talvez, o "arsenal da administração". Sobre essa citação ver: François Dousset, « L'extension des Archives nationales et la décentralisation », *Gazette des Archives*, 4e trimestre 1960, nouvelle série n°31, p. 160-174, p. 173.

Qualificar o século XIX de “momento administrativo” da história da instituição do patrimônio⁹ toma plenamente o seu sentido no lento, mas certo, processo de instauração dos serviços que concorreram à salvaguarda dos monumentos históricos.

O estabelecimento de uma lista (variada, distinguindo diferentes graus de valor e, por conseguinte, formatada de acordo com o Estado), apesar de comportar uma força simbólica¹⁰ que não tem plenamente um único significado, pode estabelecer a divisão entre o que o Estado terá a seu cuidado e o resto dos bens móveis ou imóveis do país, instaurando pouco a pouco, uma administração complexa¹¹, baseada sobre as competências associadas de historiadores de arte e de arquitetos; sobre a divisão das tarefas entre administração e inspeção; sobre o equilíbrio dos poderes entre controle da obra e domínio da obra (com o corpo dos arquitetos como chefe dos monumentos históricos); sobre a afirmação da autoridade parisiense no que diz respeito aos seus executantes provinciais (arquitetos dos monumentos históricos). Tal organização, ainda largamente existente hoje em dia, produz efeitos tangíveis em longo prazo: a manutenção e a salvaguarda, a restauração e o embelezamento são os mais visíveis, segundo a vontade dos canteiros de restauração e mais considerável ainda é o trabalho realizado sobre a longa duração, desde o de criação de monumentos arrancados do esquecimento ou da indiferença pela paciente acumulação de ações conduzidas por funcionários que compartilham uma mesma ética, agindo de acordo com procedimentos semelhantes e argumentados em nome da instituição de objetivos persistentes. Que a instituição dos Monumentos Históricos tenha sido completada posteriormente pela criação do Inventário Geral, “momento científico” da história do patrimônio de acordo com a terminologia de Chastel, isso não alterou as características essenciais desta administração, indissolúvel mistura de poder régio, conhecimento científico e de competências técnicas.

⁹ Ver: André Chastel et Jean-Pierre Babelon, *La notion de patrimoine*, Paris, L. Levi, 2000, 141 p.

¹⁰ Ver: Jack Goody, *La raison graphique*, Paris, Ed. de Minuit, 1986, 274 p.

¹¹ Ver: Arlette Auduc, *Quand les monuments construisaient la nation, Le service des monuments historiques de 1830 à 1940*, Paris, Comité d'histoire du ministère de la Culture, 2008, 639 p.

À procura do patrimônio etnológico

Em comparação, a máquina administrativa a cargo do patrimônio etnológico na administração cultural, muito mais modesto e díspar, não pode invocar a antiguidade histórica ou coisa similar para tal continuidade institucional. Pior ainda, ao pensar na história, devemos proceder por analogia e tentar encontrar em tempos passados o que poderiam ser sinais de alerta. Encontra-se, então, ao invés dos fenômenos observados sobre o patrimônio monumental, a ação privada, individual ou associativa, aquela dos eruditos ou das sociedades científicas¹², e a pesquisa sobre aquele outro do interior, o homem das civilizações rurais em vias de desaparecer, indissociável do outro do exterior, o homem das terras colonizadas em todo o mundo. No Museu Trocadero, a partir da Exposição Universal de 1878, foi dedicado um espaço à etnografia francesa¹³: a Associação de Etnologia da França começava a ser, e seria, dominante por quase um século no Museu. Em verdade, essa afirma-se mais com a criação, nos tempos do Front Populaire, do Museu de Arte Popular, um museu, então, sem salas de exposição, alojado no porão do novo Museu do Homem (esse dedicado a antropologia em geral). Antes da Segunda Guerra Mundial, a equipe do museu, liderada por Georges-Henri Rivière, conseguiu iniciar algumas investigações importantes na região, atestando a sua missão nacional¹⁴, mas os

¹² A investigação sobre estas questões foi desenvolvida pela primeira vez no GARAE, no contexto de um programa voltado para as origens e gênese da etnologia da França. Isso resultou em vários programas, desde então. Ver, em especial o programa BEROSE (<http://www.lahic.cnrs.fr/berose>) e o site de l'ethnopôle GARAE : (<http://www.garae.fr/>)

¹³ Ver: Nélia Dias, *Le musée d'ethnographie du Trocadéro (1878-1908) : anthropologie et muséologie en France*, Paris, Éd. du Centre national de la recherche scientifique, 1991, 310 p.-XV p. de pl.

¹⁴ Ver: Claudie Marcel-Dubois, François Falc'hun et Jeannine Auboyer, *Les archives de la mission de folklore musical en Basse-Bretagne de 1939 du Musée national des arts et traditions populaires* (Marie-Barbara Le Gonidec et al. éd.), Paris, CTHS et Rennes, Dastum, 2009, 438 p., ill., cartes.

anos da Ocupação foram difíceis para o museu e resultariam na mutação desse em museu de Folclore - um conceito agora desvalorizado e estigmatizado na etnologia da França¹⁵.

O Museu de Artes e Tradições Populares está há trinta anos no coração do surgimento desta disciplina, de acordo com um funcionamento que depende, em grande medida, da associação entre uma instituição - o museu - que recolhe e classifica coleções de objetos, e um laboratório – CNRS - centro da etnologia francesa e que é um principais centros de pesquisa no campo sob o domínio francês¹⁶. Desde que foram inauguradas as instalações definitivas do museu em 1972, o movimento que o trouxe, inicialmente, parece buscar uma nova vida, enquanto que se multiplicam as iniciativas locais ou setoriais (associações, criação de eco-museus, de museus de sociedades).

A preocupação de regulamentar esta proliferação foi uma das razões para a criação, em 1980, de uma instância especialmente dedicada ao "patrimônio etnológico", logo assistida nas suas tarefas por uma "missão"¹⁷ administrativa. Com efeito, a Missão do patrimônio etnológico, deve, através de sessões de formação, permitir aos profissionais da etnologia da França, adquirir o método que pode lhes fazer falta e ajudá-los a organizar os conhecimentos do domínio que estudam. Paralelamente a este sistema de treinamento, foi construído o cerne da missão do patrimônio etnológico: o tratamento deste patrimônio, através do lançamento de ambicioso programa de pesquisa, de rastreamento

¹⁵ Ver: *Du folklore à l'ethnologie*, (Jacqueline Christophe, Denis-Michel Boëll et Régis Meyran, dir.), Paris, Ed. de la Maison des sciences de l'homme., 2009, XIX-403 p. Ver também: Daniel Fabre, « Le manuel du folklore français d'Arnold van Gennep », *Les lieux de mémoire* (Pierre Nora, dir.), III, *Les France, 2 traditions*, Paris, Gallimard (coll. Bibliothèque illustrée des histoires), 1992, p. 641-675.

¹⁶ Sobre o funcionamento do Museu Nacional de Artes e de Tradições Populares, ver: Martine Segalen, *Vie d'un musée, 1937-2005*, Paris, Stock, 2005, 352 p.

¹⁷ Segundo a terminologia vigente nas administrações francesas, « missão » pode designar um serviço organizado temporariamente em vista de uma tarefa precisa, ou ainda, uma administração perene, mas de dimensão reduzida, a cargo de um setor de atividade periférica.

e de recuperação, sobre questões delineadas pelo conselho do patrimônio etnológico, com o objectivo de desenvolver um corpo de pesquisa que formará uma rede estreita de conhecimento¹⁸. A circulação entre o sistema de formação e produção do conhecimento deveria assegurar a coerência e a extensão da política nacional de etnologia da França. Fica assim definido, de maneira particularmente leve, uma “cadeia patrimonial” em Etnologia da França e os temas de pesquisa para sua divulgação e sua valorização¹⁹.

A ação do Estado, em grande parte mecenas neste caso de organizações públicas de investigação (CNRS, Universidades) ou privadas (Associações), é um incentivo, sem carácter prescritivo: o patrimônio etnológico é então perfeitamente representativo da operação de uma administração pública²⁰. Este período ambíguo, e potencialmente difícil, de reestruturação administrativa (e, mais particularmente, de concentração de recursos e funcionários públicos na missão, garantido por lei), não pode por si só contar como foram as dificuldades persistentes encontradas pela administração do patrimônio etnológico a partir do início do século XXI. A própria natureza do trabalho produzido sob os auspícios da missão do patrimônio etnológico põe um problema efetivo, à luz das práticas atuais no conjunto do campo patrimonial. Os sistemas de informação cada vez mais pesados e complexos da cultura administrativa²¹ baseiam-se na acumulação e ligação de um grande número de dados estruturados em formatos comparáveis entre si, que, apesar dos esforços e tentativas entre 2001 e 2007²², geraram resultados de pesquisas produzidas no

¹⁸ Ver a lista de pedidos de propostas da *Mission du patrimoine ethnologique* :

<http://www.culture.gouv.fr/mpe/>

¹⁹ Ver as publicações da missão do patrimônio etnológico: *Terrain*, Coleção « ethnologie de la France », la collection « Cahiers d’ethnologie de la France ». Ver: <http://terrain.revues.org/>

²⁰ A classificação tanto dos Monumentos Históricos como de objetos ou edifícios no âmbito do patrimônio etnológico é possível, mas rara na prática. Ver : Christian Jacquelin, « Protéger l’immatériel : les arènes de Bouvines du Bas-Languedoc », *Culture et recherche*, n° 116-117, p. 48-49.

²¹ Ver principalmente as bases do Inventário Geral do patrimônio cultural Mérimée et Palissy : <http://www.culture.gouv.fr/culture/inventai/patrimoine/>

²² Ver o projeto Observatório on-line das emoções patrimoniais e o portal de fontes em Etnologia Portethno : <http://www.culture.gouv.fr/mpe/portethno.htm>

âmbito do patrimônio etnológico, quase sempre, na forma de trabalhos acadêmicos, relatórios, estudos, construídos em torno de questões problematizadas e destinado a ter seqüência em artigos, trabalhos e conferências, livros.

Essa organização das informações revelou-se, em longo prazo, à medida que se fazia mais forte o movimento de integração dos dados patrimoniais, incompatível com os elementos produzidos pelos outros segmentos do patrimônio. Finalmente, os temas identificados pelo Conselho do patrimônio etnológico, próximos à origem das questões abordadas no conjunto da instituição patrimonial (saber-fazer, patrimônio rural, industrial), evoluiu mais tarde para os processos de patrimonialização e em seguida para a abordagem antropológica do fenômeno das sociedades contemporâneas (etnologia em relação à estética, em relação à habitação coletiva), marcando um distanciamento da herança política e por vezes, rompendo todas as relações com essa²³. A missão do patrimônio etnológico contribuiu fortemente para a estruturação do campo da pesquisa em etnologia da França, ainda que o método de produção de dados, seu formato e conteúdo sejam dificilmente assimiláveis com os procedimentos que regem o funcionamento da instituição do patrimônio.

Discórdias nacionais, entre a Rua de Valois²⁴ e a Place de Fontenoy²⁵

Pegando o trem andando

Em 2004, enquanto a missão do patrimônio etnológico estava "muito doente", nas palavras do antropólogo Jean-Louis Tornatore, começou na França o processo de ratificação da Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial

²³ A evolução da revista *Terrain*, a principal publicação da Missão do patrimônio etnológico, é indicativa dessa mudança: a seu título inicial « carnets du patrimoine ethnologique » teve vários avatares antes de ser tornar « revue d'ethnologie de l'Europe ».

²⁴ Sede do Ministério da Cultura.

²⁵ Sede da UNESCO em Paris.

(PCI), lançado no ano anterior, após o programa de Obras Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade (dois editais já haviam tido lugar em 2001 e 2003, antes do de 2005).

Embora pareça lógico, e facilmente justificável pelos participantes, a escolha desta instituição muito fraca para levar a nova lei, não houve oposições e foi, então, possível implementar este novo texto no cenário francês. O período de 2003 a 2008, crucial para o processo inicial do texto, é pontuado por algumas datas importantes, que se deve lembrar: em 2003 é aprovado pela UNESCO, em 2006 é ratificado por 30 Estados e realizada a primeira Assembléia Geral, com a eleição do primeiro Comitê Intergovernamental, CIG.

A França, tendo ratificado a Convenção em junho de 2006, foi eleita para o comitê no verão, mas apenas por dois anos²⁶. Esses dois anos são ritmados pelas reuniões ordinárias e extraordinárias do CIG: Alger (ordinária, 2006), Chengdu (extraordinária, 2007), Tokyo (ordinária, 2007), Sofia (extraordinária, 2008). Elas são essencialmente consagradas à redação das diretrizes operacionais e dos documentos jurídicos que permitiriam a aplicação concreta dos princípios do texto de 2003 e são aprovadas em junho de 2008, quando de uma nova assembléia geral com a participação de mais de 110 nações. O Comitê de Istambul, no outono de 2008, abre o primeiro ciclo de funcionamento da Convenção.

Certa descrição ministerial

A ratificação italiana, no outono de 2007, foi celebrada pelo menos por duas manifestações de abrangência significativa, reveladoras do conteúdo, ao mesmo tempo político e científico, do texto da UNESCO. Um colóquio internacional ocorrido na Biblioteca

²⁶ Os Estados membros do Comitê são em princípio eleitos por quatro anos, mas no início a Convenção necessitou adaptar esse item do regulamento. Ver o regulamento interno do CIG : <http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?pg=00009>

Nacional²⁷ confronta – sem diálogo real – universitários, representantes das associações nacionais de coletividades territoriais (comunas, províncias) e agentes do patrimônio imaterial. No dia seguinte, na Avenida dos Fóruns Imperiais, uma grande manifestação popular reuniu grupos folclóricos e associações que atuavam no domínio do PCI.

Nada semelhante a isso acontece na França entre 2004 e 2006. Algumas atividades foram implementadas anteriormente para selecionar projetos de candidaturas para a proclamação de obras-primas²⁸, mas o único encontro marcante no campo do PCI permaneceu sendo a jornada realizada anualmente na Maison des Cultures du Monde, no quadro do Festival do Imaginário²⁹, uma manifestação não diretamente relacionada com o processo político. Segue o seu curso, discretamente, quase distraída, a diplomacia cultural francesa, estando muito mais fortemente envolvida no lançamento e implementação da Convenção da UNESCO para a Diversidade Cultural. De acordo com um circuito normal, antes de fazer o objeto de um voto de aprovação pelas câmaras, o texto foi examinado pelo Conselho de Estado³⁰. A ata da Assembleia Geral do Conselho de 13 de outubro de

²⁷ Ver o relatório do Colóquio: *Le nuove Convenzioni UNESCO: Il coinvolgimento delle Regioni e degli Enti Locali nella loro attuazione e promozione*, Rome, Bibliothèque nationale centrale, 29 septembre 2007, notícia disponível on-line no site do LAHIC: <http://www.lahic.cnrs.fr/spip.php?article307>

²⁸ Um unico projeto obteve sucesso, o dos Gigantes e dragões, em razão da atividade desempenhada pelos autores do projeto na Wallonie, particularmente na “Maison des Géants d’Ath”. Ver: <http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?RL=00153>. Ver também : M. Taushek, « Anachronismes d'une politique du PCI - l'exemple de la Belgique », *Le patrimoine culturel immatériel* (Sylvie Grenet et Chiara Bortolotto, dir.), Paris, Ed. de la maison des sciences de l’homme (coll. cahiers d’ethnologie de la France), no prelo.

²⁹ Como observa Jean-Louis Tornatore, a participação da missão do patrimônio etnológico por ocasião da primeira Jornada do PCI, em 2004, é periférica. Ver: Jean-Louis Tornatore, « L'inventaire comme oubli de la reconnaissance, à propos de la "prise" française pour la sauvegarde du PCI », *Le patrimoine culturel immatériel* (Sylvie Grenet et Chiara Bortolotto, dir.), Paris, Ed. de la maison des sciences de l’homme (coll. cahiers d’ethnologie de la France), no prelo.

³⁰ Composta por altos funcionários especialistas da Administração, essa instituição é ao mesmo tempo o tribunal administrativo supremo e o órgão de Conselho de Estado para julgar os projetos de lei. Ver a esse respeito a pesquisa de Bruno Latour : *La fabrique du droit : une ethnographie du Conseil d’État*, Paris : Éd. la Découverte, (coll. L’Armillaire), 2002, 319 p.

2005, destacou a relutância de alguns juízes (quanto à falta de clareza sobre as exclusões do âmbito de aplicação da Convenção, em particular no que diz respeito aos rituais religiosos; os riscos da concessão de direitos ser oficialmente reconhecido por algumas comunidades; os riscos de litígio com o Estado para a não inclusão de determinadas práticas no inventário). Mas outros membros proeminentes da congregação lembraram o papel destacado da França no campo da antropologia, em especial na elaboração da Convenção, e do respeito às práticas de nossos "irmãos humanos". Acima de tudo, finalmente admitiu-se que a Convenção não criava nenhum determinado grupo ou comunidade, sendo todos tratados da mesma forma, e afirmava que os Estados permaneceriam mestres do jogo na aplicação do texto da UNESCO. O parecer foi favorável, sem reservas ou declarações interpretativas³¹. A ancoragem do acordo administrativo em si parece ter sido debatida no âmbito da administração cultural.

De fato as relações com a UNESCO se vinculam, em princípio, com o serviço de assuntos internacionais do Ministério (que por um tempo foi chamado a operacionalizar o texto) ao passo que a aplicação da convenção do patrimônio mundial se situa na órbita do Departamento de assuntos internacionais da Direção do Patrimônio.

Diferentes parâmetros devem ser levados em consideração para explicar o empenho da imaterialidade da etnologia. A proximidade das definições formais de um e de outros bens, tal como a relação entre a exploração de uma disciplina científica e o campo dos objetos do patrimônio podem ter contribuído, mas provavelmente não são suficientes para explicar as motivações que levaram à esta escolha. A dispersão das administrações encarregadas de cada fragmento de atividade no âmbito da Convenção (direção de dança, música e teatro, delegação de artes visuais, delegação da linguagem da França, gestão do museu, direção dos arquivos, serviços internacionais) contrasta fortemente com a organização, em uma só direção, das administrações responsáveis pelo patrimônio monumental, do Departamento de Arquitetura e Patrimônio. Este pode ser identificado como o coração das ações patrimoniais em políticas públicas e passou a abrigar em seu interior o serviço de etnologia, elo mais fraco em um setor forte, que trabalhou em favor da vinculação da Convenção de 2003, com essa instituição. Ainda

³¹ Relatório da Assembléia Geral do Conselho de Estado de 13 de outubro de 2005. Nota MCC/DAPA/DG/BAJRE/DT/14 outubro 2005.

assim, sem dúvida teria ocorrido o mesmo, se a questão tivesse sido percebida como um assunto estratégico para a diplomacia cultural francesa.

Uma inconstável radiação dentro da UNESCO

Enquanto a inércia inicial da gestão cultural teve impacto sobre o início do contrato durante o período de 2006 a 2009, deve-se notar, paradoxalmente, a visibilidade e vitalidade da ação da França no trabalho da UNESCO durante esses anos. Esse dinamismo é principalmente baseado na ação de um homem, Chérif Khaznadar, anteriormente muito ativo na elaboração da Convenção, diretor da Casa das Culturas do Mundo e presidente da cultura da Comissão Nacional Francesa para a UNESCO. Com uma experiência de décadas no desenvolvimento do patrimônio vivo³² e um conhecimento comprovado em assuntos culturais à nível internacional, ele liderou a delegação francesa durante os dois anos de participação na CIG. Durante estas reuniões, a França participa com várias outras delegações, na defesa de uma interpretação que privilegie a salvaguarda como o princípio fundamental de funcionamento da Convenção. Esta posição enfatiza como mais importante a lista de salvaguardas em relação à lista representativa, tenta dar orientações operacionais dentro de certa primazia à primeira³³, mas também visa facilitar, tanto quanto possível, o acesso à lista representativa do patrimônio imaterial. Minimizar a sua importância através da simplificação dos procedimentos de registro, a fim de quebrar qualquer assimilação dos elementos inscritos na lista com as obras "excepcionais" distinguidas na Lista do Patrimônio Mundial, foi, na verdade, uma outra forma de preservar a importância da lista de salvaguarda, carregando, nesse procedimento, as esperanças mais importantes da Convenção.

Muito escutado quando das discussões formais ou informais dos sucessivos comitês, o chefe da delegação francesa foi eleito em Junho de 2008, como Presidente da

³² Ver o trabalho feito pela “Maison des Cultures du Monde”, especialmente o Festival do Imaginário e as coleções do Centro de Documentação do Vitral: <http://www.mcm.asso.fr/site02/accueil.htm>

³³ Isto é especialmente discutido no comitê de Tokyo em setembro de 2007.

Assembleia Geral dos Estados Participantes da Convenção para os próximos dois anos. Portanto, deve conduzir o processo da segunda reunião e aprovar as diretrizes operacionais

Para a administração a cargo do patrimônio cultural do Ministério da Cultura, o contexto geral da aplicação da Convenção em seus primeiros anos (2006 a 2008) é caracterizado, ao mesmo tempo, por certa indiferença em relação às questões do patrimônio imaterial em geral e em particular, da Convenção, legado da abulia administrativa dos anos precedentes por uma dinâmica internacional forte, pontuado por sessões da comissão, em que a delegação francesa mostrou uma ação reconhecida e apreciada. Como - e quais os princípios que, se pode de fato identificar - descrever e qualificar as ações tomadas durante esses primeiros anos?

Tentações, tentativas e suposições

Os riscos da reconstrução

A tentativa de uma organização para fornecer uma representação coerente das ações desenvolvidas por ela em um determinado período, inclui o risco de se fazer não uma análise do que se tentou realizar, mas uma reconstrução a posteriori de que se desejaria ter feito.

Ao aplicar esta auto-análise, admite-se reconhecer que não há prevenção infalível para esse perigo. Como medida de segurança, a leitura de textos previamente escritos para descrever as ações desenvolvidas no âmbito da Convenção de 2003, revelam sucessivas alterações e contradições³⁴, o que ajudará o leitor a desenvolver imunidade contra ações teleológicas que podem contaminar a páginas que se seguem.

³⁴ Ver: Christian Hottin : « The Ethnology Department of the French Ministry of culture and the Inventories of Intangible Heritage in France » (avec Sylvie Grenet), communication au séminaire *Principles and experiences of Drawing UP Intangible Heritage Inventories un Europe*, organisé par l'UNESCO, Tallinn, 13-15 mai 2007.

Versão on-line: http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?lg=EN&meeting_id=00076

Ver também: « La mise en œuvre par la France de la convention du l'UNESCO », *Culture et recherche*, dossier « Le patrimoine culturel immatériel », printemps-été 2008, n° 116, p. 18-19. Disponível em:

A Convenção, através de discussões dentro da própria UNESCO, tem sofrido profundas alterações, não no seu texto, mas nos seus métodos de aplicação. Por exemplo, houve um tempo em que se abordou a lista representativa como extremamente restritiva, mas ao contrário, havia uma inscrição apenas, de forma simples enquanto retornava periodicamente a ideia de uma inscrição temporária, por rotatividade.

Em face a essas incertezas (que o Ministério recebeu à título de informação, mas que a delegação francesa, envolvida no jogo diplomático da comissão, não poderia se manter estranha), não apenas a informação emitida pela administração às comunidades concernentes mudaria, mas também, e completamente, a construção de estratégias para implementar a Convenção. A título de exemplo: o formulário de pedido de listas, pedra angular da revisão, foi finalmente aprovado em junho de 2008 e os primeiros casos foram esperados até 31 de agosto do mesmo ano³⁵.

Além disso, muitos estavam hesitantes frente às expectativas, frequentemente muito específicas, despertadas pela Convenção: como responder, tendo em mãos um texto geral, abstrato e, sobretudo, desprovido de transposição para o direito nacional?

Disso resultou a tentação em vincular os arquivos da memória oral, com o patrimônio imaterial e a memória e, em seguida, com os arquivos orais, residindo nesses, uma comprovada e eficaz resposta a este desejo de memórias.

A perspectiva de desenvolvimento de dois tipos de ações iniciadas na Convenção (comunicações e inventários) mostra consistência na evolução e, talvez, na construção de uma dinâmica que ainda não encontrou o seu equilíbrio.

<http://www.culture.gouv.fr/culture/editions/r-cr.htm> e também: « Anti-monumental ? Actualité du patrimoine culturel immatériel », *Monumental*, semestriel 1, 2008, p. 70-73.

³⁵ A data de apresentação foi adiada para 30 de setembro.

Fazer conhecer a Convenção

A ocorrência dos movimentos "top-down e bottom-up" foram aqui conjugadas, levando a uma situação complexa que carece de esclarecimento. Para superar a fragmentação dos serviços encontrados em cada carga de "fragmentos" do patrimônio intangível, o Ministério da Cultura pôs em vigor em 2006, uma comissão reunindo membros de todas as áreas envolvidas. Com uma dúzia de membros, esse grupo reuniu-se quatro a cinco vezes por ano. No entanto, as suas missões têm evoluído significativamente desde 2006. De um "clube" de mera troca de informação e comunicação sobre as ações da UNESCO, ele tornou-se de fato a autoridade encarregada do exame e avaliação das candidaturas, sem beneficiar-se de uma forte base institucional para reforçar essa missão. Resta que suas ações contribuíssem para melhor identificar o patrimônio cultural imaterial entre os domínios de intervenção do ministério.

Ao mesmo tempo, era necessário fazer face às demandas e pressões de numerosos e diversos grupos profissionais, associações, comunidades ou particulares que se sentiam afetados pela Convenção e se consideravam legítimos em sua abordagem, vendo consagrada sua importância como autores no artigo 2º do texto. Totalmente livre e não estruturado no início, este pedido de informações se traduziu, cerca de dezoito meses mais tarde, em uma série de ações (programas de salvaguarda, campanhas de inventários, projetos de candidaturas) emergindo a partir de alguns atores (centros de música e danças tradicionais) ou regiões (Bretanha ou Limousin), particularmente envolvidas. Assim, os centros de música e danças tradicionais, em 2007, organizaram uma conferência dedicada ao PCI³⁶, seguido em 2008 e 2009 das reuniões anuais do PCI, em um ritmo que parecia tornar-se regular. Representantes do Estado e das regiões foram convidados, mas as associações foram os principais organizadores. Em comparação, o campo do artesanato, artes e ofícios, mais fragmentado, reagiu de forma bastante dispersa, até que a Sociedade para a Promoção dos Ofícios (SEMA) iniciou com o Ministério uma campanha notável de

³⁶ Ver: *Des racines au rhizome, actes des assises nationales des musiques et danses traditionnelles* (Marlène Belly coord.), Paris, éditions Modal, 2009, 242 p.,

inventários³⁷. Da mesma forma, algumas regiões se fazem representar, a partir de compromissos pessoais projetos repetidos de candidatura. O processo iniciado por um grupo de associações bretãs a partir de 2009, com base em informações precisas e abrangentes no sentido das autoridades locais, bem como o estabelecimento de um programa plurianual de candidaturas foi o primeiro exemplo de aplicação coordenada entre as áreas de PCI (música, dança, jogo, saber-fazer), para ações conjuntas e conectadas, e em um quadro territorial claramente definido.

Conforme o artigo 12...

Pela Convenção, os Estados participantes devem constituir e manter estoques de PCI. A realização desta obrigação - uma das poucas referências aos estados - tem-se revelado particularmente delicada. Por um lado - o peso do patrimônio material obriga a França, desde 1960, a um serviço dedicado exclusivamente ao inventário do patrimônio nacional, mas claramente distinto da política de proteção efetiva (incumbido dos Monumentos Históricos)³⁸ e, especialmente, sem método tradicional ou competência averiguados na área de patrimônio imaterial. Por outro lado, o funcionamento da cadeia de produção de conhecimento do patrimônio etnológico não era apropriado, como já se viu, à restituição dos elementos claramente circunscritos, descritos de maneira relativamente padronizada e comparável entre si. Mais genericamente, o conceito de inventário, invocador do folk e da regressão epistemológica, foi profundamente ofensivo para uma parte da comunidade nacional antropológica. Dadas essas forças - às vezes, também presente na administração - a tentação foi grande, em um primeiro tempo, por se ter um compêndio de fontes existentes, resumo de impressos ou bancos de dados dos "elementos" do patrimônio imaterial (gravações ou imagens de práticas e artefatos). Só

³⁷ Ver: http://www.culture.gouv.fr/culture/dp/ethno_spci/invent_invent.htm

³⁸ Essa divisão continua, apesar de denunciada por vários autores. Ver : Nathalie Heinich, *La Fabrique du patrimoine*, Paris, Ed. de la Maison des sciences de l'homme (coll. Ethnologie de la France, 31), 2009, 286 p.

num segundo momento, de acordo com as mudanças internacionais³⁹, é que a ideia de um inventário das práticas vivas do Patrimônio Imaterial foi reforçada, especialmente a partir do exemplo trazido por Quebec no Inventário dos recursos etnológicos do Patrimônio Imaterial (IREP, iniciada por Laurier Turgeon na Universidade de Laval). O título do colóquio ocorrido no Instituto Nacional do Patrimônio em dezembro de 2007 (O Patrimônio Cultural Imaterial : inventar seu inventário) reflete as hesitações iniciais⁴⁰. A partir dessa data, quinze pesquisas começam a testar a ficha técnica elaborada, a configuração dos terrenos e a metodologia da entrevista, essa última sendo implementada segundo as diversas formas de envolvimento das comunidades (pelos próprios membros, através de uma associação representativa, mediada pelos pesquisadores)⁴¹.

“Entre o martelo e a bigorna”: o Estado face às comunidades e a UNESCO

A UNESCO reúne os Estados que concordam com os termos dos textos (as convenções) para conduzir as políticas à nível nacional e no âmbito das mudanças multilaterais. Cabe aos Estados participantes aplicar a Convenção de 2003 e eles são os interlocutores diretos da UNESCO. Ainda assim, neste caso, a Convenção dá um lugar central às comunidades, sem definir “comunidade” de maneira precisa⁴² e estimula os

³⁹ Ver as atas do Seminário de Tallinn: <http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?pg=00015&year=2007>

⁴⁰ Ver as atas: Christian Hottin et Sylvie Grenet (dir.), *Le patrimoine culturel immatériel en Europe : inventer son inventaire, actes de la journée d'études organisée par la Direction de l'architecture et du patrimoine et l'Institut national du patrimoine le 30 novembre 2007*. Publication en ligne : http://www.inp.fr/patrimoines_en_ligne/publications_en_ligne/

⁴¹ Ver os primeiros resultados: http://www.culture.gouv.fr/culture/dp/ethno_spci/invent_invent.htm

⁴² Foi enfatizada a necessidade de circular - em clara tautologia - a primeira parte da definição do PCI. Concebeu-se como definir mais explicitamente os PCI implica em uma definição mais precisa da comunidade, abrindo-se, assim, uma caixa de Pandora jurídica. Várias definições foram dadas, no entanto, graças aos grupos de peritos. Para uma análise do conceito, ver : Maguet, Frédéric, « le patrimoine culturel immatériel, image des communautés dans l'espace public », *Le patrimoine culturel immatériel* (Sylvie Grenet et Chiara Bortolotto, dir.), Paris, Ed. de la maison des sciences de l'homme (coll. cahiers d'ethnologie de la France), no prelo.

Estados a trabalharem em todas as frentes (inventários, pesquisas, programas de registro, arquivos de aplicativos) com essas comunidades, que, sendo titulares de elementos do PCI, são os primeiros conhecedores do mesmo. Como conciliar o texto e o espírito da Convenção de 2003 com as regras de funcionamento da diplomacia internacional, num contexto nacional caracterizado por uma real tradição jacobina e pela desconfiança em relação aos fenômenos comunitários? Optamos por voltar aqui sobre este aspecto particularmente visível da implantação da Convenção, que são as inscrições nas listas representativas de salvaguarda.

Quais comunidades “à francesa”?

Conceder direitos aos judeus como indivíduos, sem lhes conceder nenhum, como nação: cerca de dois séculos depois o princípio de Napoleão continua a guiar, implícita e explicitamente a ação dos serviços do Estado, negligenciando as comunidades. Nas discussões sobre a implementação do acordo, o uso do termo "comunidade" é problemático para os funcionários⁴³, e pouco importa que ele já tenha sido usado como parte da definição de patrimônio etnológico⁴⁴ ou que os debates do Conselho de Estado tenham retirado qualquer ambiguidade quanto ao uso desse termo⁴⁵, se realmente for uma outra comunidade em França que a comunidade nacional⁴⁶. Essa relutância pode ser explicada também medo de escorregar do reconhecimento das "comunidades" para os perigos do "comunitarismo", motivo de divisão.

Neste contexto de não-reconhecimento, ou mesmo invisibilidade das "comunidades", celebradas pela UNESCO, como implantar um texto que lhes dá tanto espaço? Ao invés de desenvolver uma definição a priori, que seria necessariamente

⁴³ Em 2006 nos foi demandado, por exemplo, usar "entre aspas, como uma citação do acordo." Quatro anos mais tarde, o termo ainda representa um problema a ser resolvido pela nação eleita, tanto quanto os sujeitos envolvidos em um projeto de candidatura...

⁴⁴ O conceito de patrimônio etnológico, nos termos do Decreto n° 80-277 de 15 abril de 1980 abrange "todas as formas específicas de existência material e imaterial de grupos e comunidades que vivem na França".

⁴⁵ Ver o Relatório da Assembléia Geral do Conselho do Estado, já citado.

⁴⁶ Por exemplo, a Córsega é definida como uma "coletividade territorial", com um estatuto especial, mas o conceito de "comunidade" ou de "povo" não se aplica a ela.

limitada, sem empirismo e fatalmente careceria de legitimidade jurídica, a apreensão foi realizada de forma pragmática, com base nos contactos feitos para os projetos, ponderando a consistência da comunidade assumida pela relevância do projeto em relação a outros critérios estabelecidos pela UNESCO. Por exemplo, um projeto apresentado por uma autoridade local de cidade antiga com identidade cultural afirmada, e também fortemente apoiado pelos políticos, poderia ser rejeitado com base em que o elemento proposto (criadores de obras literárias antigas) não foi constitutivo da identidade desta comunidade, não obstante a influência universal da obra em questão. Em outras palavras, a circularidade da relação entre a comunidade e o elemento foi comprometida, o que está em oposição à definição de PCI no artigo 2º da Convenção. Os primeiros projetos de candidaturas que realizaram inscrições para o ciclo 2008-2009, foram avaliados pela UNESCO, entre a primavera e o outono de 2009⁴⁷. Na ausência de um procedimento de classificação em nível nacional, coube à organização internacional o abrigo do direito de heteronomia, que é a relevância destas comunidades francesas. Esses registros iniciais concentraram-se em práticas que envolviam grupos relativamente pequenos de pessoas, unidos pelo conhecimento do saber-fazer, ou pelo compartilhamento de um conhecimento comum, sem que apontassem, necessariamente, para a existência de uma vida comunitária de alcance social ou geográfico.

Assim, a “arte da carpintaria”⁴⁸ foi inscrita na Lista Representativa, com toda a comunidade associada de carpinteiros que trabalhavam no campo da carpintaria tradicional. O compartilhamento do saber-fazer deu corpo a uma comunidade que é, de fato e essencialmente, um agrupamento profissional sem unidade geográfica ou estatutária. Dentro desta “comunidade”, alguns carpinteiros pertencem a

⁴⁷ Lembrete: para a Lista Representativa, a avaliação é completada por seis membros especialistas da CIG, cujas opiniões são submetidas a todos os 24 componentes das delegações e esse ciclo dura um ano. Para a lista de salvaguarda, são mandados os relatórios para especialistas com domínio do elemento proposto e autorizados pela UNESCO e que não pertencem à comissão. O ciclo dessa avaliação dura cerca de 18 meses. Ver: <http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?pg=00184>

⁴⁸ Ver: <http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?RL=00251>. Ver também o site *Charpentiers d'Europe*, realizado pelo Ministério da Cultura com François Calame, conselheiro para etnologia: <http://www.charpentiers.culture.fr/>

compagnonnage⁴⁹, organização social que estrutura fortemente a identidade de seus membros como parte de um grupo de pessoas, outros carpinteiros não pertencem. De maneira significativa, é um centro de formação profissional que foi estabelecido como uma agência de apoio à candidatura. A experiência internacional na caça com falcões revela a mesma lógica, com a identificação de uma comunidade de caçadores espalhados em muitos países, sem qualquer elo de união além desta prática comum. Outros projetos, recentes ou em andamento, levam a identificar comunidades em círculos concêntricos, nos quais os profissionais que formam o primeiro círculo da comunidade são aqueles que se relacionam com a transmissão direta (por exemplo, os defensores da Cantu paghjella corsa na tradição sagrada ou profana⁵⁰, os tecelões de Aubusson⁵¹ ou as últimas oito rendeiras de Alençon), se pode também associar os representantes das coletividades territoriais e as comunidades a medida em que manifestam sua adesão ao projeto de candidatura, reconhecendo assim a importância desse bem cultural na construção de suas identidades coletivas.

As provas iniciais para a construção dos procedimentos

Os prazos muito curtos dado aos Estados participantes da primeira rodada das candidaturas, certamente não permitiram que se estabelecessem os procedimentos para acompanhamento do projeto, seleção e avaliação dos registros de candidaturas em nível nacional. Isso acarretou em fazer, de maneira emergencial, a triagem entre as candidaturas espontâneas, daquelas que pareciam compatíveis com os termos da Convenção, assim entendidas para alguns e sempre de acordo com as definições propostas pela UNESCO e pelos intercâmbios formais ou não, necessários durante as reuniões das diversas comissões (o espírito da Convenção).

Aqui ainda o compromisso ou mais exatamente, a coexistência entre os princípios “top-down” e “bottom-up” caracteriza esses procedimentos iniciais. Pode-se observar, por

⁴⁹ Sobre compagnonnage, ver : Nicolas Adell-Gombert, *Des hommes de devoir, les compagnons du tour de France (XVIII^e – XX^e siècle)*, Paris, Ed. de la Maison des sciences de l’homme (coll. ethnologie de la France, 30), 2008, 274 p..

⁵⁰ Ver: <http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?RL=00250>

⁵¹ Ver: <http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?RL=00250>

exemplo, que uma candidatura suscitada pelo Estado- a da corrida em Camargue⁵² - sofreu com esses prazos tão curtos enquanto que outra, elaborada em uma relação de força delicada com o Estado central, como a do Cantu in paghjella corsa – foi avaliada positivamente no quadro da lista de salvaguarda. Essa abordagem mista de construção da dinâmica dos projetos lhes confere alguma diversidade (geográfica, social ou em função dos domínios do PCI), mas sempre na ausência de instâncias nacionais de classificação, a organização internacional fica como juiz. Isso testemunha a incapacidade do Estado (nesse caso o francês) de trinta anos após a criação da missão do patrimônio etnológico, em identificar claramente os elementos desse patrimônio de acordo com os quadros que regem o conjunto da instituição patrimonial.

O segundo ciclo de candidaturas foi, por outro lado, marcado por uma preocupação em racionalizar os procedimentos. Isso representou, por parte da administração encarregada da aplicação da Convenção, em uma escolha consciente, mesmo que os procedimentos devessem permanecer flexíveis e adaptáveis aos diferentes contextos. Essencialmente tratou-se de ficar um prazo mínimo de elaboração de Dossiês (algo em torno de doze meses), estabelecer uma relação direta entre os autores dos projetos e a administração, definir um grupo de trabalho associando os agentes diretos, representantes das coletividades e o Estado com vistas a elaborar um dossiê⁵³, fixando vários encontros de avaliação sobre o avanço do projeto antes de sua análise pelo comitê ministerial que decide sobre a transmissão da candidatura à UNESCO através da representação permanente da França.

⁵² Sobre isso ver: Frédéric Saumade, *Des sauvages en occident : Les cultures tauromachiques en Camargue et en Andalousie*, Paris, Ed. de la maison des sciences de l'homme (coll. ethnologie de la France, 14), 1994, 272 p. e Frédéric Saumade, *Les tauromachies européennes : la forme et l'histoire, une approche anthropologique*, Paris, Ed. du comité des travaux historiques et scientifiques (coll. Le regard de l'ethnologue, 10), 1998, 207 p.

⁵³ A configuração desse grupo de trabalho pode ser muito variável. Para a candidatura das rendas de Alençon, associou-se à chefe do Atelier das rendeiras, os representantes do Mobiliário Nacional (Prefeitura e Museu de Belas Artes e da Renda) e órgãos do Estado (Ministério da Cultura: direção regional de atividades culturais e administração central). No caso da *compagnonnage*, o antropólogo Nicolas Adell-Gombert, especialista em *compagnonnage* e interlocutor legítimo para três organizações distintas reagrupando os 10 000 “compagnons” franceses teve um papel de animador do projeto, redator do Dossiê e da interface entre a administração do Estado e os representantes dos “compagnons”.

O fracasso do projeto de candidatura da grande Troménie Locronan, procissão realizada a cada sete anos na comuna bretã de Locronan, explica em parte este esforço. Com efeito, após uma boa recepção inicial, o projecto, conduzido in situ por um antropólogo que se especializou em procissões bretãs e mantendo contato regular com a população, se fez objeto de críticas muito fortes, especialmente por parte de alguns membros comunidade, os proprietários dos terrenos atravessados pela procissão. Sua oposição determinada levou a abandonar o projeto, os proprietários ameaçavam bloquear o acesso aos peregrinos inviabilizando assim o ritual. Esse problema levantou a questão sobre o papel dos antropólogos na implantação da Convenção: alguns queriam, em razão disso, assegurar a idéia de uma maior legitimidade de projetos conduzidos diretamente pelas comunidades, pois consideravam o trabalho dos antropólogos demasiado distante e intelectual, não permitindo margem de manobra suficiente aos titulares do PCI.

A crítica parecia infundada tendo em vista a relação entre o responsável pelo projeto e a comunidade. Por outro lado, declarações na imprensa local, favoreceram, em um contexto local marcado por descontentamentos com algumas classificações feitas em relação aos sítios naturais, causou problemas. Por sua parte a administração central demorou em intervir deixando assim que as oposições fossem cristalizadas: uma reunião pensada para ser de informação e conciliação terminou em choque entre parceiros, opositores e representantes das autoridades, tendo como resultado a retirada do projeto⁵⁴. Um exemplo para ser pensado....

Embaraços gastronômicos

Se há uma candidatura da qual muito se falou é a da “gastronomia francesa”⁵⁵. A natureza dos elementos propostos, objetos de paixões e discussões no interior da

⁵⁴ Esse fato coloca a questão da legitimidade das comunidades e suas configurações no quadro do tratamento dos Dossiês: a reunião de acordo em novembro de 2008, congregou partidários e oponentes com políticos locais em presença do subprefeito, do vigário geral da diocese e do grande druida da Bretanha...

⁵⁵ Essa candidatura está atualmente em exame. Por ocasião da aparição do texto da Convenção ela foi avaliada, evoca-la é, portanto importante, inclusive porque os discursos a aparecer (incluindo o do autor dessas linhas) correm o risco de ser conscientemente ou não influenciados pelo sucesso da candidatura.

população, lugar privilegiado de representação da França pelos escritores estrangeiros⁵⁶, predisponha essa candidatura a certa visibilidade mediática. Seu anúncio pelo Presidente da República, largamente difundido e comentado, se tornou sujeito de polêmica duradoura. Alguns pontos merecem, portanto, ser melhor esclarecidos. Essa candidatura não surgiu do círculo fechado dos "grandes chefs" da cozinha francesa, nem foi decorrente de uma iniciativa política da presidência: a idéia foi proposta, primeiramente, por um instituto universitário, o Instituto da História e da cultura européia de alimentos, fundação localizada no Instituto de França e hospedada pela Universidade François Rabelais de Tours. Dentro do grupo dirigente do projeto os pesquisadores sempre estiveram presentes, liderados por um eminente geógrafo, Jean-Robert Pitte, ex-presidente da Universidade Paris-Sorbonne e por uma historiadora, Julia Scergo, professora na Universidade de Lyon II, principal redatora dos aspectos científicos do dossiê. Quanto ao comitê científico que acompanhou a candidatura, esse reunia muitas personalidades das Humanidades e Ciências Sociais. Esta combinação de interesses acadêmicos e políticos é bastante freqüente na França, e provavelmente a principal marca distintiva do projeto e uma das razões da sua difícil apropriação por uma instituição cultural e científica não acadêmica que é a administração do patrimônio.

Além dos esclarecimentos sobre a origem e orientação do dossiê, sua concretização suscitou inúmeras dificuldades. Qualquer que seja o resultado da iniciativa de Francis Chevrier e Jean-Robert Pitte, essa "aventura" marcará a implementação da Convenção na França exigindo de todos os parceiros uma maior reflexão sobre o significado de termos que parecem simples tais como "identificação", sua "contribuição a visibilidade", colocando de maneira direta a questão da modalidade prática de "compromisso de Estado" ou "comunidades".

A candidatura colocava por si própria, questões referentes à Convenção: uma nação de sessenta milhões de indivíduos, legalmente definida como uma "comunidade nacional" pode mesmo se manifestar como "comunidade", no sentido dado pela Convenção, em uma relação circular com um elemento que se situa na esfera do patrimônio imaterial pouco explorada pela maior parte dos projetos? Não estamos mais no campo do desempenho, nem no da técnica, mas na profundidade histórica e social das representações incorporadas, detectáveis por uma variedade de sinais quase imperceptíveis é perigoso tentar sintetizá-los em um dossiê de vinte páginas: assimilar a

⁵⁶ Entre tantos outros : Andreï Makine, *Cette France qu'on oublie d'aimer*, Paris, Flammarion, 2006, 110 p.

França pela sua gastronomia é concebível pela evidência de publicidade de agências de viagens ou ao longo do desenvolvimento de uma pesquisa histórica sobre as mentalidades; demonstrá-lo no quadro restrito e formal de um dossiê da UNESCO sob sua forma atual remete a fazer entrar o mar em uma garrafa. Finalmente, mais do que outras, essa candidatura coloca a questão do compartilhamento de critérios explícitos e implícitos de seleção do patrimônio imaterial⁵⁷.

Continuação...

Reações contrastantes

Por quatro anos no comando da implementação da Convenção de 2003 na França, a equipe da missão de etnologia teve a oportunidade de apresentar um grande número de vezes o texto da Convenção e os dispositivos que dele implicava, isso antes dos interlocutores pertencentes a universos profissionais diferentes: antropólogos, historiadores, advogados, diretores, músicos, cantores, dançarinos, artesãos, políticos, membros de ONGs, etc. Reações de todo o tipo foram observadas, com exceção da indiferença.

No momento em que o "patrimônio imaterial" começou a ser incluído espontaneamente como "outra coisa senão o que parece"⁵⁸, entre 2006 ou 2007, foi comum vê-lo ser relacionado com o patrimônio digital ou digitalizado, em outras palavras, com o patrimônio desmaterializado. Durante esses mesmos anos, um relatório público sobre os bens imateriais do Estado induziu, dentro da administração, à confusão entre o patrimônio cultural imaterial (PCI) e do patrimônio imaterial cultural (PIC), como a valorização da "marca" do Louvre⁵⁹. Mais uma vez, a ambigüidade tem sido levantada⁶⁰.

⁵⁷ Ver: Nathalie Heinich, já citado.

⁵⁸ À título quase exclusivamente histórico, sobre esse assunto ver : Christian Hottin, « Anti-monumental ? Actualité du patrimoine culturel immatériel », *Monumental*, semestriel 1, 2008, p. 70-73.

⁵⁹ Ver : Sylvie Grenet et Jocelyn Pierre, « Kate Moss et les bars de Cayenne : ethnochic et actifs immatériels », *Culture et recherche*, n° 116 – 117, p. 23.

⁶⁰ No entanto, uma assimilação abusiva entre as políticas memoriais e o patrimônio imaterial tem acontecido algumas vezes: recebemos, recentemente, uma solicitação para incluir em Patrimônio Imaterial com uma nota sobre "A casa da Rádio como lugar de memória dos franceses"...

Os contatos feitos com os grupos profissionais, associações ou comunidades em vista a uma candidatura constituem um bom indicador: se as propostas não são de todo exequíveis, quase todas são, agora pelo menos, relevantes ao olhar dos textos oficiais, estabelecendo o quadro de ação da Convenção. Todos os interessados podem vê-lo como um meio de preservar um patrimônio que merece, como outro, ser preservado, e para o qual não existem até o presente, na França, leis ou simplesmente regulamentos.

Se as comunidades estão mostrando entusiasmo em relação ao PCI, a comunidade científica tem respondido de forma mais dispersa. É certo que hoje, na França, para muitos antropólogos, a Convenção para a Salvaguarda do PCI constitui na pior das hipóteses uma grave (ou ridícula) regressão epistemológica e na melhor das hipóteses, um objeto de estudo que ao mesmo tempo pode ser um conceito a desconstruir e um campo de experiência para colocar em evidência o processo. Os historiadores, geógrafos e antropólogos (das Universidades, bem como da administração cultural) reagiram de forma diferente, vendo no PCI um campo de pesquisa aplicada⁶¹, engajando-se em programas de investigação, participando dos inventários, carregando embaixo do braço os dossiês de candidaturas. A universidade não está - ou não está mais - confinada em um esplêndido isolamento e é importante observar que no futuro ela irá responder a uma procura crescente de profissionalização dos agentes do Patrimônio Cultural Imaterial⁶². Há, de fato, para os etnólogos um terreno a ocupar (e não a estudar), que poderíamos, justamente, lamentar a insuficiente inserção profissional no setor cultural, notoriamente, na conservação do patrimônio⁶³.

⁶¹ Tem-se falado sobre esta "bela ilustração do que pode ser o papel social das ciências humanas e sociais, e não só, do imperioso dever de restituição da investigação."

⁶² Parece que várias Universidades estão considerando projetos de mestrado orientados para o PCI profissional.

⁶³ Ver: Michel Rautenberg, « Mais pourquoi n'avance-t-on donc pas ? Le surplace de la "professionnalisation" chez les ethnologues », *Ethnologie(s), nouveaux contextes, nouveaux objets, nouvelles approches*, Paris, éd. du Comité des travaux historiques et scientifiques (coll. Le regard de l'ethnologue, 21), 2009, p. 83-99.

Hesitações administrativas

É do lado da administração do patrimônio que a situação é menos clara, mas o desconforto não significa indiferença. A recente reforma das administrações estaduais (RGPP) deu um bom exemplo, pela dissolução do serviço de etnologia no departamento de "gestão da investigação e da política científica", mas concedendo à etnologia, o patrimônio imaterial e a implementação da Convenção. Assim a política do PCI foi precisamente criada para quebrar posturas do passado distanciadas e estritamente de observação. A hierarquia de políticas e objetos patrimoniais, legitimados pela sua antiguidade respectiva e indexados com base no valor monetário de outros, entretanto, permanece.

Em resumo, para a administração, a Convenção ainda é muitas vezes um texto de outro lugar - o que é verdade - e feito para os outros - o que não é. E depois de ter dado tanto às políticas patrimoniais internacionais, o país de Mérimée, Viollet-le-Duc, Boucher de Perthes e André Chastel esforça-se por se enriquecer com um conceito de patrimônio remontando, em sua origem, a um país – Japão – sobre o qual André Chastel e Babelon Jean-Pierre, em um célebre artigo já haviam enfatizado a originalidade radical em termos de patrimônio cultural⁶⁴. Igualmente surpreendente é a diferença de tratamento em ambas as Convenções, de 2003 e 2005, na medida em que as políticas de patrimônio imaterial podem promover o diálogo intercultural e a diversidade cultural.

Estes atrasos não deixam de desconcertar e confundir: com efeito, o governo francês lançou ou apoiou, por mais de trinta anos, um número de dispositivos ou atividades culturais e patrimoniais que desenhasssem os segmentos - ainda disjuntos e fragmentados, mas de grande qualidade – de uma corrente patrimonial para o imaterial: pesquisa fundamental e aplicada, difusão e valorização⁶⁵, publicações⁶⁶ sobre o patrimônio etnológico, documentação e transmissão dentro dos centros de música e danças tradicionais⁶⁷ (muitos dos quais são reconhecidos como pólos associados da Biblioteca

⁶⁴ André Chastel et Jean-Pierre Babelon, *La notion de patrimoine*, já citado.

⁶⁵ Ver o catálogo dos filmes apresentados pela Missão do Patrimônio Etnológico:
<http://www.culture.gouv.fr/mpe/>. A direção do patrimônio mantém regularmente importantes festivais de filmes documentários, tais como Cinéma du réel ou Bilan du Film ethnographique, festival international Jean Rouch.

⁶⁶ Ver: <http://terrain.revues.org/index1145.html?format=presentation>

⁶⁷ Ver, por exemplo, o trabalho de coleta e de valorização da Associação Dastum na Bretanha:
<http://www.dastum.net/>

Nacional da França), a transmissão ainda, e num quadro mais estritamente definido, com os mestres da arte⁶⁸, muitas vezes comparados aos "Tesouros Vivos" japoneses⁶⁹ ou os ateliers de produção tradicional de rendas⁷⁰, sem esquecer a densa rede de ecomuseus e de museus de comunidade, dos quais as recentes transformações fazem esperar que no futuro sejam esses, os lugares concretos de mediação do patrimônio imaterial.

REFERÊNCIAS

Patrimônio na França

Auduc, Arlette. **Quand les monuments construisaient la nation, Le service des monuments historiques de 1830 à 1940**. Paris: Comité d'histoire du ministère de la Culture, 2008, 639 p.

Chastel, André ; Babelon, Jean-Pierre. **La notion de patrimoine**, Paris, L. Levi, 2000, 141 p.

Domestiquer l'histoire : ethnologie des monuments historiques (sous la dir. de Daniel Fabre, textes réunis par Claudie Voisenat). Paris: Éd. de la Maison des sciences de l'homme (coll. Cahiers d'ethnologie de la France, 15), 2000, X-222 p.-[8] p. de pl. 15.

Imaginaires archéologiques (sous la dir. de Claudie Voisenat). Paris: Éd. de la Maison des sciences de l'homme (coll. Cahiers d'ethnologie de la France, 22), 2008, 277 p.

Heinich, Nathalie. **La Fabrique du patrimoine**. Paris: Ed. de la Maison des sciences de l'homme (coll. Ethnologie de la France, 31), 2009, 286 p.

Les monuments sont habités (sous la dir. de Daniel Fabre et Anna Iuso), Paris, Ed. de la Maison des sciences de l'homme (coll. Cahiers d'ethnologie de la France, 24), 2010, 336 p.

Livraisons d'histoire de l'architecture « Emotions patrimoniales », n° 17, 1er semestre 2009, 141 p.

Jean-Pierre Piniès, **Entre mémoire et usage : La chartreuse du Val de Bénédiction**, rapport de recherche à la Mission ethnologie, Carcassonne, Ethnopôle GARAE, 2009, 2 vol., 353 p.

⁶⁸ Ver: Maitres d'art: <http://www.maitresdart.com/>

⁶⁹ Ver: <http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?cp=FR&topic=lht>

⁷⁰ Além do atelier de preservação da renda feita me agulha, em Alençon, há outro em Puy no qual se conserva a renda feita com fuso, que também depende do Mobiliário Nacional.

Etnologia na França

DIAS, Nélia. **Le musée d'ethnographie du Trocadéro (1878-1908) : anthropologie et muséologie en France**. Paris, Éd. du Centre national de la recherche scientifique, 1991, 310 p.-XV p. de pl.

FABRE, Daniel Fabre. Le manuel du folklore français d'Arnold van Gennep In **Les lieux de mémoire** (Pierre Nora, dir.), III, Les France, 2 traditions. Paris, Gallimard (coll. Bibliothèque illustrée des histoires), 1992, p. 641-675.

Du folklore à l'ethnologie, (Jacqueline Christophe, Denis-Michel Boëll et Régis Meyran, dir.). Paris, Ed. de la Maison des sciences de l'homme, 2009, XIX-403 p.

MARCEL-DUBOIS, Claudie ; FALC'HUN, François Falc'hun ; AUBOYER, Jeannine. **Les archives de la mission de folklore musical en Basse-Bretagne de 1939 du Musée national des arts et traditions populaires** (Marie-Barbara Le Gonidec et al. éd.). Paris, CTHS et Rennes, Dastum, 2009, 438 p., ill., cartes.

SEGALEN, Martine. **Vie d'un musée, 1937-2005**, Paris, Stock, 2005, 352 p.

Patrimônio Imaterial na França

GINOUVÈS, Véronique. Quand le renard raconte ses histoires au monde. La naissance du Portail du Patrimoine Oral, catalogue collectif d'archives sonores et audiovisuelles. **Le patrimoine culturel immatériel : Premières expériences en France**. Paris – Arles, Maison des Cultures du Monde – Actes Sud Babel (coll. Internationale de l'Imaginaire n° 25), à paraître en 2011

GRENET, Sylvie. Les inventaires en France In **Le patrimoine culturel immatériel : Premières expériences en France**. Paris – Arles, Maison des Cultures du Monde – Actes Sud Babel (coll. Internationale de l'Imaginaire n° 25), à paraître en 2011.

GRENET, Sylvie ; PIERRE, Jocelyn. Kate Moss et les bars de Cayenne : ethnochic et actifs immatériels In **Culture et recherche**, n° 116 – 117, p. 23.

HOTTIN, Christian. The Ethnology Department of the French Ministry of culture and the Inventories of Intangible Heritage in France » (avec Sylvie Grenet), communication au séminaire **Principles and experiences of Drawing UP Intangible Heritage Inventories un Europe**, organisé par l'UNESCO, Tallinn, 13-15 mai 2007. Disponible em: http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?lg=EN&meeting_id=00076

HOTTIN, Christian. La mise en œuvre par la France de la convention du l'UNESCO », **Culture et recherche**, dossier « Le patrimoine culturel immatériel », printemps-été 2008, n° 116, p. 18-19. Disponible em: <http://www.culture.gouv.fr/culture/editions/r-cr.htm>

HOTTIN, Christian. Anti-monumental ? Actualité du patrimoine culturel immatériel In **Monumental**, semestriel 1, 2008, p. 70-73.

HOTTIN, Christian. Sept ans, l'âge de raison. Dynamique et enjeux du patrimoine culturel immatériel », **Le patrimoine culturel immatériel : Premières expériences en France**, Paris – Arles, Maison des Cultures du Monde – Actes Sud Babel (coll. Internationale de l'Imaginaire n° 25), à paraître en 2011.

HOTTIN, Christian. Patrimoine culturel immatériel et recherche ethnologique. **Le patrimoine culturel immatériel : Premières expériences en France**, Paris – Arles, Maison des Cultures du Monde – Actes Sud Babel (coll. Internationale de l'Imaginaire n° 25), à paraître en 2011.

HOTTIN, Christian. Candidatures pour l'Unesco : du dossier au projet. Vadémécum d'après les cycles 2008-2009 et 2009-2010. **Le patrimoine culturel immatériel : Premières expériences en France**, Paris – Arles, Maison des Cultures du Monde – Actes Sud Babel (coll. Internationale de l'Imaginaire n° 25), à paraître en 2011.

HOTTIN, Christian ; GRENET, Sylvie (dir.). **Le patrimoine culturel immatériel en Europe : inventer son inventaire**, actes de la journée d'études organisée par la Direction de l'architecture et du patrimoine et l'Institut national du patrimoine le 30 novembre 2007. Disponible en: http://www.inp.fr/patrimoines_en_ligne/publications_en_ligne/

JACQUELIN, Christian. Protéger l'immatériel : les arènes de Bouvines du Bas-Languedoc In **Culture et recherche**, n° 116-117, p. 48-49.

KHAZNADAR, Chérif. La relation de la France au patrimoine culturel immatériel In **Le patrimoine culturel immatériel : Premières expériences en France**. Paris – Arles, Maison des Cultures du Monde – Actes Sud Babel (coll. Internationale de l'Imaginaire n° 25), à paraître en 2011.

FRÉDÉRIC, Maguet. le patrimoine culturel immatériel, image des communautés dans l'espace public In **Le patrimoine culturel immatériel** (Sylvie Grenet et Chiara Bortolotto, dir.). Paris, Ed. de la maison des sciences de l'homme (coll. cahiers d'ethnologie de la France), à paraître.

QUIMBERT, Charles. Le patrimoine culturel immatériel, un enjeu de société, Autour d'une démarche en cours de réalisation en Bretagne In **Le patrimoine culturel immatériel : Premières expériences en France**, Paris – Arles, Maison des Cultures du Monde – Actes Sud Babel (coll. Internationale de l'Imaginaire n° 25), à paraître en 2011.

TORNATORE, Jean-Louis. L'inventaire comme oubli de la reconnaissance, à propos de la "prise" française pour la sauvegarde du PCI In **Le patrimoine culturel immatériel** (Sylvie Grenet et Chiara Bortolotto, dir.), Paris, Ed. de la maison des sciences de l'homme (coll. cahiers d'ethnologie de la France), à paraître.

RAUTENBERG, Michel. Mais pourquoi n'avance-t-on donc pas? Le surplace de la "professionnalisation" chez les ethnologues In **Ethnologie(s), nouveaux contextes, nouveaux objets, nouvelles approches**. Paris, éd. du Comité des travaux historiques et scientifiques (coll. Le regard de l'ethnologue, 21), 2009, p. 83-99.